

8 Encontro ABCP
01 a 04/08/2012, Gramado, RS
Área Temática: Cultura Política e Democracia

Democracia e Desigualdades: os impactos socioeconômicos na satisfação com o regime

Autora: Rosana Soares Campos - rosanascampos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria/UFSM

Co-autores: Anderson Rosa de Barros e Igor Nielson Medeiros Schirmer/ bolsistas de IC

Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa “Democracia e Desigualdades: os impactos sociais e econômicos na satisfação com o regime”, desenvolvimento pelo Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdades – NEDD/UFSM e recebe o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

Introdução

Apesar de ser um tema recorrente na Ciência Política, a democracia ainda apresenta muitos desafios a serem interpretados. A clássica discussão entre democracia e desenvolvimento econômico e social, por exemplo, tem nos imposto uma constante reflexão sobre as relações entre democracia e desigualdades na América Latina, desde o início da terceira onda democrática. O processo de redemocratização na região, em geral, e no Brasil, em particular, embora tenha apregoadado a esperança de melhores condições de vida para a população, trouxe em seu bojo uma concepção bem diferente do regime. A democracia foi estabelecida sob aspectos estritamente procedimentais.

Nesse sentido, conforme Anete Ivo (2006), a implementação desse tipo de democracia representou uma vivência controvertida entre o regime reafirmando-se enquanto valor moral e práticas política e econômica de ‘negação’ dos direitos sociais da população brasileira. O estudo do PNUD sobre a “Democracia na América Latina”, em 2004, também apontou esse paradoxo, evidenciando o aumento da democracia eleitoral, porém com uma crescente crise social, onde se acentuou a desigualdade, a pobreza não se reduziu significativamente e a região continuou marcada por uma grande exclusão e vulnerabilidades social e econômica.

A América Latina ainda enfrenta esse desafio, ao final desta primeira década do século XXI, sem muitas alternativas e perspectivas de mudança. É a região mais desigual do mundo, conforme relatório do PNUD/2010. E a democracia, observada em um sentido mais amplo do que regras eleitorais, foi classificada como imperfeita ou regime híbrido em 18 países da região indexados pelo Economist Intelligence Unit Democracy Index 2011¹. O Brasil (0.56) no ranking da desigualdade só perde para a Bolívia, Haiti e Equador. E sua democracia é também considerada imperfeita.

Recentes pesquisas têm verificado (Robert, 1995; Paiva et al, 2004; Smith 2005, Moises, 2010; Baquero, 2006, 2007, 2008) uma forte relação entre a consolidação da democracia, a queda das desigualdades, o aumento dos investimentos públicos e o crescimento econômico dos países. Um alerta aos governos democráticos da necessidade de se investir em justiça social e econômica se se almeja fortalecer o regime. Já que o apoio e principalmente a satisfação dos cidadãos com a democracia está associada ao grau de satisfação com os resultados econômicos e sociais (Smith, 2005).

Os dados do Latinobarômetro (1996-2000-2002-2006-2008) demonstram que o apoio e satisfação com o regime nos países da América Latina deve-se muito a condições socioeconômicas

¹Os países são analisados através de cinco critérios: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis.

dos entrevistados. Em suas pesquisas, Marta Lagos (2003, 2001) observou que a satisfação com a democracia é particularmente sensível às oscilações nas condições econômicas. E o problema, para a autora, não é meramente aliviar a pobreza ou diminuir o *gap* entre ricos e pobres, é também possibilitar que todos os cidadãos se tornem membros por completo da sociedade. Nesse sentido, é que atitudes sobre a democracia na região podem refletir tanto fraqueza quanto legitimidade e consolidação do regime.

Essa incongruência entre avanços formais da democracia, estagnação social e predisposição e percepções negativas dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições produzem o que Marcello Baquero (2007, 2008) chama de democracia inercial, ou seja, magnitude de desigualdade social e econômica elevada comprometendo a solidez democrática, mantendo-a numa condição de permanente instabilidade, ou de baixa qualidade, na medida em que sociedades altamente desiguais promovem elevados índices de corrupção e baixos índices de confiança social. (Baquero, 2008:52).

Conforme Baquero, um dos pontos centrais que afetam as percepções dos cidadãos em relação à democracia e suas instituições é a situação econômica. Em pesquisa comparada realizada pelo Núcleo de Pesquisas sobre América Latina/ Nuposal-UFRGS, em Porto Alegre, Montevideo e Santiago, em 2005 foi constatado que cerca de 50% dos entrevistados enfrentava dificuldades para conseguir o mínimo necessário para garantir uma qualidade de vida decente e tal situação incidiu na desconfiança que sentem em relação às instituições políticas, aos representantes políticos e também na satisfação com o regime democrático.

O Brasil, assim com a maioria dos países da América Latina, vem de um legado de extrema desigualdade, baixo índice de desenvolvimento humano, intensa e extensa pobreza. Somente em recente período, a partir dos anos 2000, é que estes índices apresentaram queda. Fator que afeta, com certeza, o processo democrático, porque como aponta Godofredo Vidal (2011:6), “ Despite the improvements in relative human development, in Latin America, distributive conflicts seem to constitute a major focus of democracies politics”.

Em concordância com o pensamento de Godofredo Vidal (2011), entende-se que a redistribuição de riqueza é o grande e urgente problema social no Brasil e na América Latina, de um modo geral. Há ainda um imenso e profundo *gap* que dificulta o acesso de uma grande maioria da população a condições dignas de vida. Segundo pesquisa da FGV-Rio/2010, o Brasil tem 20 milhões de ricos, cidadãos que pertencem às classes A e B. Diante de quase 180 milhões de pessoas que se espremem nas classes C, D e E. É inegável o crescimento da renda do brasileiro nos últimos oito anos, o crescimento de oportunidade de condições, o investimento investimento industrial, agrícola, comercial, educacional, mas as disparidades insistem em permanecer.

Diante dessa realidade, o objetivo deste estudo é verificar os impactos reais das desigualdades econômicas e sociais no apoio e satisfação com a democracia no Brasil com

pretensão de testar se o fortalecimento da democracia passa necessariamente pelo controle das desigualdades sociais e econômicas, em contradição à ideia de que a democracia por si se sustenta e fortalece numa população desigual.

É verdade que a democracia sobrevive em meio às desigualdades sociais e econômicas. O Brasil e a Índia são exemplos. É verdade também que, como afirmaram Philippe Schmitter e Terry Karl (1991), há uma tentação de creditar muitas expectativas sobre este conceito e imaginar que ao atingir a democracia, uma sociedade terá resolvido todos os seus problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. Conforme os autores, democracias não são necessariamente mais eficientes economicamente do que outras formas de governo.

Larry Diamond, ao estudar os paradoxos da democracia, também apontou essa sobrevivência entre política e más condições sociais e, inclusive, questionou a validade da avaliação do regime democrático pelo povo, justificando que a população demanda por respostas rápidas enquanto a legitimidade do regime é um processo lento. “Democracia não pode ser avaliada pelas pessoas, a menos que ela se ocupe efetivamente com os problemas sociais e econômicos e alcance um mínimo de ordem e justiça”(Diamond,1990:49).

Mas é verdade também que a democracia não se fortalece, não se consolida, não se torna uma forma de governo hegemonicamente aceita, compreendida e defendida na presença de extrema desigualdade. A qualidade da democracia, conforme Dietrich Rueschemeyer (2004), ainda que seja sustentada pela igualdade política, está entrelaçada também às desigualdades econômicas e sociais. E, portanto, conforme o autor, “se os efeitos das desigualdades econômicas e sociais não forem substancialmente contidas, a igualdade política será extremamente limitada”. (Rueschemeyer, 2004:76).

Nesta direção, este artigo propõe testar a hipótese de que a redução de desigualdades, o aumento do investimento público, a queda nos níveis de pobreza promovem a melhoria nas condições econômicas e sociais da população, e, consequentemente, colabora com o apoio e satisfação com o regime. Para operacionalizar estas ideias, inicialmente analisa-se econômica e socialmente o período de 2001 a 2009 no Brasil a partir dos seguintes indicadores: PIB, desemprego, informalidade, índice de gini, taxa de pobreza, serviços básicos, investimento em educação e saúde através da estatística descritiva sugerindo uma relação com o apoio e satisfação com a democracia, evidenciada em gráficos. Posteriormente, esta relação é mensurada através do coeficiente de correlação de Pearson, que mede o grau e a significância da correlação. Os dados socioeconômicos foram coletados em institutos, centros e fundações de pesquisa brasileiros e internacionais (IPEA, IBGE, FGV, CEPAL). Os dados sobre democracia foram adquiridos através dos banco de dados do Latinobarômetro. No presente trabalho a relação verificada está entre indicadores socioeconômicos e apoio/satisfação com a democracia, diferenciando de trabalhos que

medem a relação entre índice de democracia x desenvolvimento econômico/social ou apoio (Moisés, 2010, Santos e Rocha, 2011) e satisfação com a democracia x condições econômicas e sociais do entrevistado (Paiva et al, 2004). A série temporal dos indicadores socioeconômicos foi escolhida porque os estudos (IPEA, FGV, 2011) apontam melhorias nas condições de vida do brasileiro nesse período. E observar a evolução desses dados, relacioná-los à satisfação com o regime permitiu verificar que a legitimidade da democracia está associada ao bem-estar.

Sem dúvida, os dados apresentados formam um conjunto de fatores que colabora para essa legitimidade. Nos países onde as questões materiais urgentes foram, de certa forma, resolvidas os fatores econômicos e sociais pesam menos nesta balança. Mas em países extremamente desiguais, a consolidação democrática estaria associada ao grau de satisfação com seus resultados econômicos e sociais. (Robert, 1995; Smith 2005 apud Balbechevsky e Holzhacker, 2011). Não é uma defesa ao determinismo econômico ou à plena concordância com a teoria da modernização. Longe disso. O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância de se promover o bem-estar da população e o benefício que este bem-estar traz ao regime democrático – a consolidação.

O viés econômico-social do trabalho é um recorte de uma questão mais ampla sobre apoio e satisfação com a democracia, que passa pela concepção de que:

“... support for democracy is also a matter of information, cognition and belief systems. The way people think about democracy is based on cognitive and informational skills and resources. The concept of democracy varies depending on society's belief systems, and mass belief systems depend on individual characteristics such as education, informational background, cognitive skill, degree of political sophistication, and so on” (Alejandro Moreno 2001 :27)

É importante salientar que o estudo da satisfação e, conseqüentemente, legitimidade do regime democrático requer uma análise multidimensional. Os estudos de Seligson et al (2006) sobre a legitimidade do regime na Costa Rica apontam essa necessidade ao analisar desde dimensões mais abstratas (comunidade política nacional e princípios governantes) até dimensões mais concretas como desempenho da economia e dos governantes. Os autores observaram que o nível de apoio ao regime era alto nas dimensões abstratas, mas à medida que as dimensões tornavam-se mais específicas e próximas dos cidadãos, o apoio declinava; apoio ao governo local, atores políticos e desempenho econômico. No período da pesquisa, a Costa Rica sofria escândalos de corrupção e a economia apresentava instabilidade, reafirmando também essa relação.

A relação entre condições econômicas e sociais e satisfação com a democracia – o que dizem as teorias

A literatura sobre democracia já evidenciou que o desenvolvimento socioeconômico de um país por si não sustenta o regime. Mas também reconhece, para além das eleições livres e justas, a importância do acesso aos direitos sociais e econômicos para o equilíbrio do regime democrático (Fukuyama e Birsdal, 2011; Balbechevsky e Holzhacker, 2011; Morlino, 2002).

As teorias de cultura política e do institucionalismo partem de concepções diferentes para explicar o apoio e a satisfação com o regime democrático, mas utilizam pelo menos um argumento em comum para suas explicações: as variáveis socioeconômicas. São interpretadas pelos culturalistas como indicadores de bem-estar, de satisfação com a vida (Inglehart, 2008) e pelos institucionalistas como resultados que os agentes políticos esperam acontecer sob cada regime político alternativo (Boix, 2001).

Ainda na década de 1950, Lipset (1959) testou a correlação entre desenvolvimento econômico e social e democracia, medida através de indicadores de saúde, educação, urbanização e industrialização, e verificou maior desenvolvimento em democracias estáveis do que em democracias instáveis e ditaduras.

Mesmo o clássico *Civic Culture*, de Almond e Verba (1963), que embora não tendo enfatizado a variável socioeconômica, argumenta que mesmo não sendo suficiente, o desenvolvimento é uma condição necessária ao regime. E, mais tarde, em *Political Culture and Political Development*, Pye e Verba (1965) defenderam que a capacidade do governo de distribuir bens e serviços afetaria o sentimento de identificação dos cidadãos em relação ao regime político.

Nos anos 1970, enfocando a democracia como uma variável dependente, Robinson e Quilan (1997) demonstraram que uma estrutura de classe mais igualitária e uma estrutura mais equilibrada de poder entre os grupos governamentais aumentam o grau de democratização.

Desde a década de 1980 (Welzel e Inglehart, 1981; Welzel e Inglehart, 2003, Welzel e Inglehart, 2008), Welzel e Inglehart vêm aperfeiçoando seus estudos sobre a correlação entre comportamentos e atitudes das pessoas e democracia para explicar o que eles chamaram de democracia efetiva. Através de uma série de correlações, os autores observaram que a democracia efetiva está intimamente conectada com o nível de desenvolvimento da sociedade e que há maior probabilidade de sua emergência em estados com uma relativa infraestrutura societal desenvolvida.

Os autores identificaram uma sequência de empoderamento humano que consiste em três elementos: 1) fontes de ação – inclui recursos materiais e cognitivos/ permite às pessoas a governarem suas próprias vidas, empoderamento econômico; 2) valores de auto-expressão – orientações participativas na sociedade e na política, apoio à igualdade de gênero, tolerância aos

estrangeiros, homossexuais e outros grupos e alto nível de confiança interpessoal / motiva as pessoas a governarem suas próprias vidas, empoderamento cultural; 3) instituições democráticas – fornece direitos políticos e civis que permitem às pessoas definir sua vida pública bem como sua vida privada/ intitula as pessoas a governar suas próprias vidas, empoderamento do regime.

O empoderamento humano é, para os autores, o produto de pessoas capazes, motivadas e intituladas a governar suas próprias vidas. E está baseado sobre dois sistemas de conexões causais: desenvolvimento econômico, que aumenta os recursos das pessoas comuns, levando à emergência de valores de auto-expressão, e instituições democráticas efetivas, que emergem em sociedades que enfatizam os valores de auto-expressão.

O estudo de Charles Boix (2001:35) sobre a correlação entre democracia e desigualdade, de vertente institucionalista, aponta o aspecto socioeconômico como variável importante na determinação do resultado democrático. “ Um resultado democrático torna-se possível quando a desigualdade de condições entre indivíduos diminui ao ponto que a imposição de um regime autoritário cessa de ser atrativo para qualquer partido”. Para o autor, qualquer democracia bem sucedida pressupõe um certo nível de igualdade econômica. “Somente quando as diferenças econômicas declinam e recursos políticos políticos entre as classes são balanceadas é que a democracia pode durar”.

Os estudos de Przeworski et all (1996) também caminham nesta direção. Pesquisa realizada em 135 países com dados entre 1950 e 1990 verificou que entre as características de um regime democrático consolidado está o declínio da desigualdade social. O estudo evidenciou que crescimento econômico, baixa inflação, desenvolvimento social colaboraram para o fortalecimento da democracia. Segundo eles, a democracia tem mais probabilidade de sobreviver em países onde a desigualdade de renda é menor. Przeworski et all descobriram que a expectativa de vida da democracia em países onde a desigualdade está diminuindo é de 84 anos, e onde ela está aumentando é de 22 anos. E as pesquisas de Evelyne Huber, Dietrich Rueschemeyer and John D. Stephens (2003) afirmam também relação e causalidade entre desenvolvimento econômico e democracia ao analisarem , através de uma pesquisa histórica comparada, países da Europa e América Latina, entre outros. Os autores observaram que a industrialização e a urbanização trouxeram boas consequências para a democracia. E os prospectos democráticos são melhores em países que não possuem uma grande classe de latifundiários. Estes estudos, porém, defendem a ideia de proximidade entre capitalismo e democracia, desvinculando a evidência de que o capitalismo gera muita desigualdade. Mas para além dessa discussão e da vertente com a qual se analisa a relação desigualdade x democracia, o fator socioeconômico é um grande peso no regime democrático.

O trabalho de Booth e Seligson (2008) sobre o impacto da desigualdade no apoio à

democracia remete a essa relação. Comparando os resultados do índice de Gini para diferentes países, os autores concluíram que quanto mais desigual a sociedade menor o apoio do cidadão à democracia.

Em recente trabalho Godofredo Vidal (2011) evidencia que desigualdades persistentes ou sistêmicas não são boas para o funcionamento da democracia. O autor chama a atenção para o fato da necessidade de distribuição de renda e das expectativas futuras dessa distribuição para o bom funcionamento do regime. Caso contrário, “..when this expectations are lower, the legitimacy of the regular channels of social mobilization could be in precarious condition. The openness of illegal channels to economic activities are the last chance to social mobility. Not only for illegal or dark markets, but for illegal and criminal activities”. (Vidal, 2011, 26)

No Brasil, estudos nessa direção são recentes e pouco focalizam a relação entre percepções sobre a democracia e desigualdade de condições, mensurada através de indicadores socioeconômicos. A pesquisa realizada pelo CESOP-UNICAMP em parceria com a Universidade de Michigan ‘Estudo Eleitoral Brasileiro’ (ESEB) com três ondas, 2002, 2006 e 2010 é uma das fortes iniciativas acadêmicas sobre a percepção do brasileiro a respeito da democracia e suas instituições.

Através dos dados do ESEB (2002), Paiva et all (2004) evidenciaram o apoio do brasileiro à democracia, mas pouca satisfação para com o regime. Os autores também constataram que a democracia é percebida, pela grande maioria dos entrevistados (80%), como a melhor forma de governo. Porém, mais de 50% disseram apoiar um governo autoritário se este resolvesse os problemas econômicos. Os dados estudados pelos autores mostraram que:

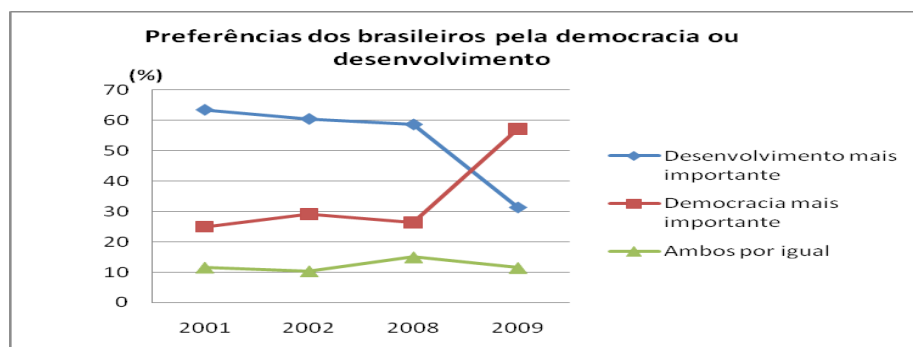
“...as instituições democráticas não têm sido capazes de gerar níveis satisfatórios de credibilidade quanto ao seu funcionamento, nem de cumprir as promessas feitas durante a transição política. Se somarmos a isso os altos índices de desemprego e desigualdade social presentes na sociedade brasileira, podemos vislumbrar um quadro bastante desolador: a existência de um enorme fosso social entre o país formal e o país real, onde vive a maioria dos brasileiros”. (Paiva et all, 2004:375)

Em um recente trabalho sobre a temática, Álvaro Moisés (2010) verificou que a maioria dos brasileiros é capaz de definir a democracia sob duas das mais importantes dimensões do regime: liberdades e procedimentos/estruturas institucionais. Constatou também que essa definição é influenciada por valores da cultura política e por sua percepção a respeito do desempenho das instituições, porém os desempenhos da economia e do governo não se mostraram fortes variáveis na influência da definição sobre o regime. Para o autor, esta constatação é uma demonstração aos céticos do regime de que as populações dos países pobres ou em desenvolvimento relacionam

democracia às virtudes ou os valores do regime.

Observando os dados do Latinobarômetro para o Brasil (2001-2-8-9), as respostas sobre a definição da democracia vão ao encontro das descobertas de Álvaro Moisés, mas quando perguntados sobre a preferência entre desenvolvimento econômico ou democracia, os dados no gráfico I abaixo evidenciam que a preferência pela democracia aumenta e a preferência pelo desenvolvimento econômico declina no momento em que se inicia um processo de estabilidade econômica e queda nos desequilíbrios sociais no Brasil.

Gráfico I – Preferência dos brasileiros democracia x desenvolvimento



Fonte: a autora com dados do Latinobarômetro, 2001 – 2009.

Em 2001 cerca de 60% dos brasileiros achavam que o desenvolvimento era mais importante que a democracia. Em 2009, esta preferência se altera quase na mesma proporção. As mudanças sociais e econômicas no país neste intervalo de tempo nos sugerem uma relação entre preferência à democracia e melhores condições econômicas e sociais. Ou seja, os brasileiros estão mais preocupados com a questão econômica, mas à medida que a renda cresce, a pobreza e a desigualdade diminuem a democracia torna-se um fator importante, sugerindo a importância de um equilíbrio econômico e social para se construir uma imagem (preferencial) do regime no imaginário coletivo.

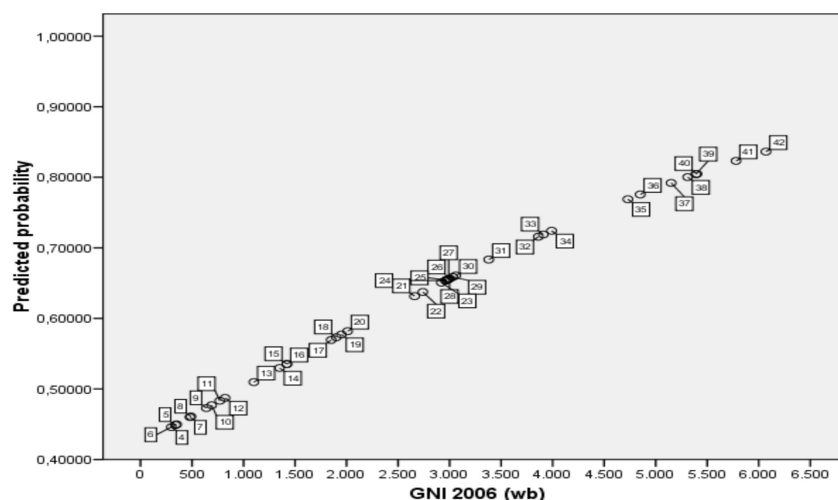
Em estudo realizado sobre variáveis que impactam no surgimento e estabilidade de regimes democráticos, em 161 países, a partir de dados da Freedom House e do The Economic Intelligence Unit, Manuel Santos e Enivaldo da Rocha (2011) também constataram que o desempenho econômico é um dos fatores explicativos determinantes, com especial atenção para renda per capita. O gráfico II e a regressão logística abaixo evidenciam essa causalidade.

QUADRO 1 - REGRESSÃO LOGÍSTICA: RENDA PER CAPITA

	B	S.E.	Wald	Df	Sig.	Odds
Constant	1,403	0,288	23,693	1	0,000	4,067

FONTE: Manuel Santos e Enivaldo da Rocha (2011) a partir de World Bank (2006) e EIU (2007).

GRÁFICO II - PROBABILIDADE DE UM PAÍS DE BAIXA RENDA *PER CAPITA* (US\$ 0 A 6600) SER UMA DEMOCRACIA



FONTE: Manuel Santos e Enivaldo da Rocha (2011) a partir de World Bank (2006).

A partir da regressão logística e evidenciado no gráfico, os autores afirmam que “...para os países com renda *per capita* acima da mediana, que é de US\$ 6 525, a chance de ser um país democrático aumenta em mais de quatro vezes (4,067). Já para os países com renda *per capita* acima da mediana, que é de US\$ 6 525, a chance de ser um país democrático é substancialmente maior”. (Santos e Rocha, 2011: 56)

Par alguns autores, a relação entre democracia e desigualdade, como se percebe em estudos já citados, está muito ligada ao âmbito institucional. Neste trabalho utiliza-se a opção metodológica de observar os impactos dos fatores econômicos e sociais nas atitudes para com o regime. A sessão a seguir apresenta esses resultados.

A empiria confirmando a teoria: relação entre indicadores socioeconômicos e democracia

As recentes manifestações na Europa (Indignados) e nos Estados Unidos (Occupy Wall Street) trazem à tona e aos olhos de todos uma pauta de reivindicações relacionada à vida cotidiana como emprego, salários, serviços sociais, etc costumeiras aos países pobres e emergentes. Uma

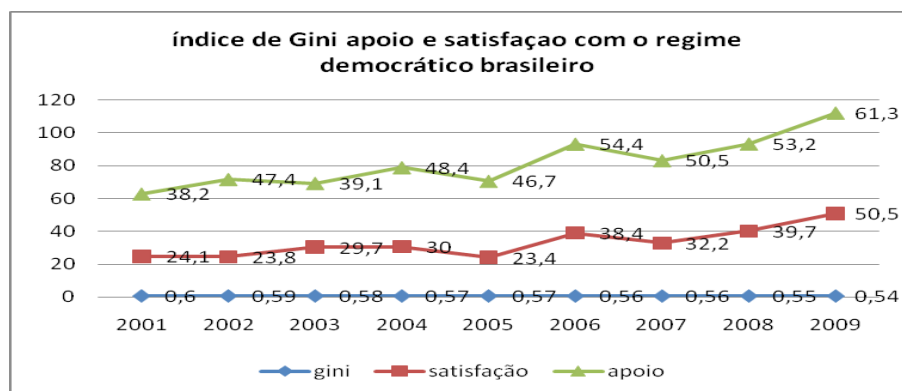
situação que, conforme Fábio Wanderley dos Santos (2012:31), expressa “...a insatisfação popular com um estado de coisas em que a dinâmica econômico-financeira, além de fazer sentir seu impacto negativo de maneira socialmente desigual, ameaça tornar irrelevante a própria democracia...” E expressa e sugere também quão importantes são os fatores sociais e econômicos para o estabelecimento do regime.

Esta situação é bem conhecida dos brasileiros. As pesquisas do Latinobarômetro já na década de 1990 apontavam que, para a maioria, pouco importava a forma de governo (democrática ou autoritária) desde que houvesse equilíbrio econômico e social. A democracia, como já explicitado acima, tornou-se relevante com a redução de desigualdades e a melhoria nas condições de vida.

Os gráficos abaixo sugerem essa associação para alguns indicadores, mas até que ponto essa associação é forte e, principalmente, significativa para se afirmar o apoio e a satisfação com a democracia estão relacionados aos desenvolvimentos econômico e social? A correlação de Pearson permitirá essa verificação. Mas antes vamos observar o que os dados descritivos apontam.

O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, no gráfico III apresenta uma constante queda, mesmo lenta. Na mesma medida o apoio e satisfação com a democracia crescem. Observando mais detalhadamente os dados, verificamos que os anos em que o índice inalterou-se houve recuo na satisfação com o regime.

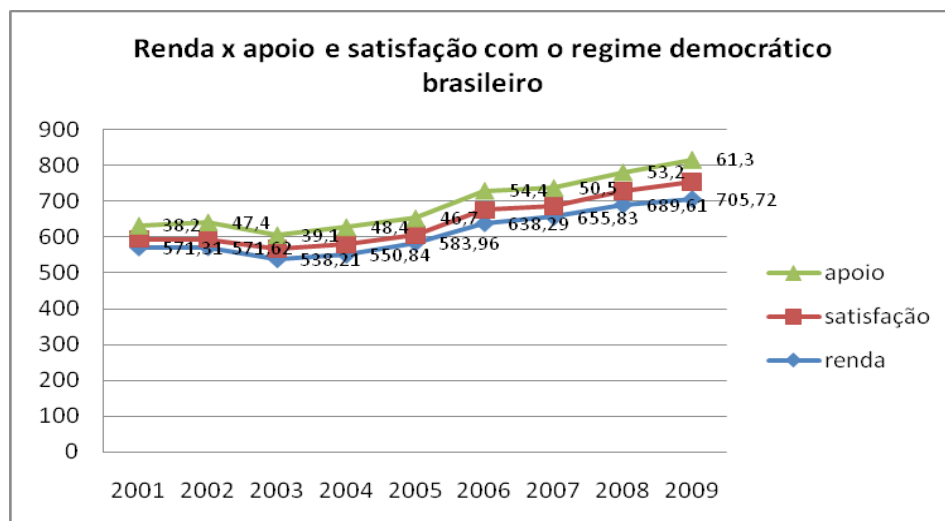
Gráfico III – Índice de Gini x apoio e satisfação com a democracia no Brasil – 2001 a 2009



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro e IPEA

O gráfico IV apresenta também esse mesmo comportamento para renda e apoio e satisfação com a democracia. Nos anos em que a renda diminui (2003-2004) oscilam também o apoio e a satisfação.

Gráfico IV – Renda x apoio e satisfação com a democracia



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro e IBGE

A queda do índice de Gini é uma evidência da melhoria na distribuição de renda no país. E foi acompanhada pelo aumento da renda média do brasileiro. Conforme estudo do DIEESE(2010), a evolução do Índice de Gini da distribuição da renda domiciliar per capita entre 1999 e 2009 mostra um movimento contínuo de queda a partir de 2001. E comparando a parcela da renda total apropriada por 1% de indivíduos mais ricos em termos de renda domiciliar per capita e a parcela dos 50% mais pobres percebe-se que a fração de renda dos 50% mais pobres era menor do que a do 1% mais rico em todos os anos entre 1982 e 2002. Desde 2001, a parcela dos 50% mais pobres cresce e a do 1% mais rico decresce continuamente. Somente a partir de 2003, a fatia dos 50% mais pobres supera a do 1% mais rico.

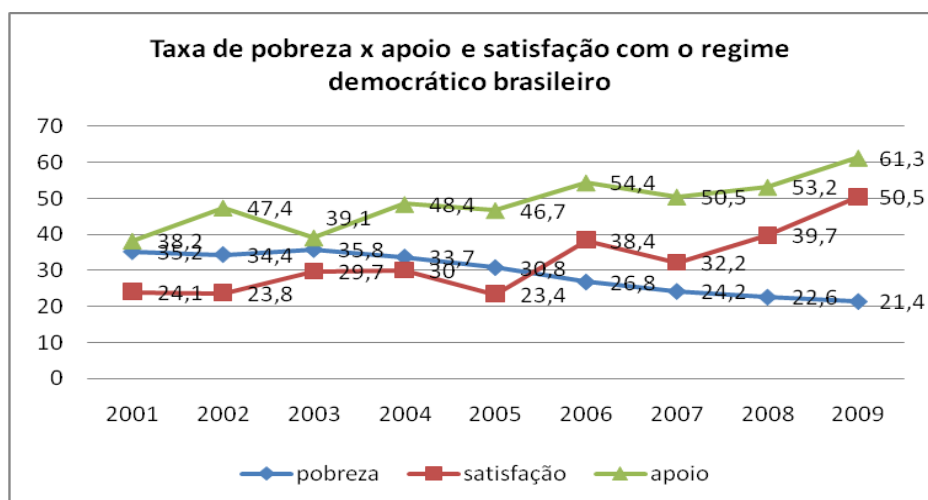
“ Um processo de redistribuição da renda em que todos os grupos se beneficiem da expansão de seus rendimentos, com ganhos maiores para os que auferem menos, aparentemente configura um contexto político mais favorável à sua legitimação e à continuidade dessa dinâmica de transformação social.” (Dieese, 2010:232)

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2011) sobre a desigualdade de renda no Brasil (2000 a 2010) ratifica os estudos do DIEESE, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Constatou-se que a renda dos 50% mais pobres no Brasil cresceu 67,93% entre dezembro de 2000 e dezembro de 2010, enquanto a dos 10% mais ricos aumentou 10,03%.

Neste mesmo período houve também queda na taxa de pobreza, principalmente a partir da

implementação do Programa social Bolsa Família em 2003, que já em 2004 beneficiava 31 milhões de pessoas no país e em 2009 ultrapassava 50 milhões de beneficiados. O gráfico V sugere, principalmente, a partir de 2005 uma associação inversa entre pobreza e apoio e satisfação com o regime.

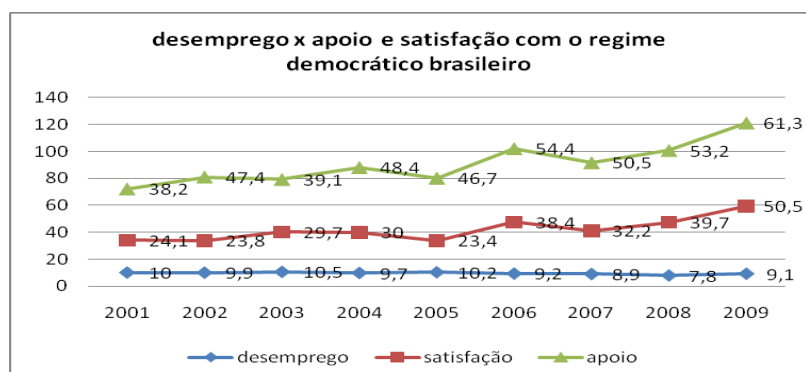
Gráfico V – pobreza x apoio e satisfação com a democracia



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro, IBGE e CEPAL

Em contrapartida o gráfico VI não permite sugerir qualquer relação entre desemprego, apoio e satisfação com a democracia. A mínima oscilação na taxa de desemprego ao longo do período estudado parece não ser um indicador de forte influência. O aumento do contingente de pessoas beneficiadas pelos programas sociais a partir de 2003 pode ser uma explicação para o crescente apoio e satisfação com o regime mesmo sob uma taxa média 9,5 de desempregados no país.

Gráfico VI – Desemprego x apoio e satisfação com o regime democrático

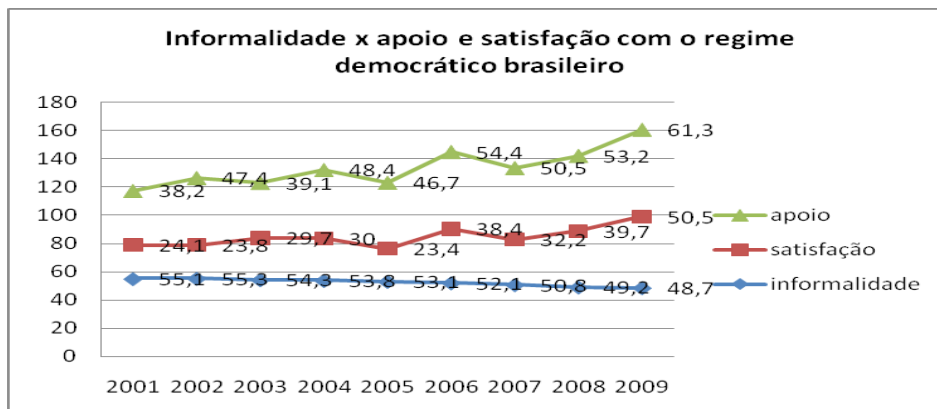


Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro e IBGE

Já a informalidade, um dos graves problemas socioeconômicos estruturais do Brasil, que se agravou junto com o desemprego durante o período de políticas econômicas neoliberais, sugere uma

associação inversa. Ao mesmo tempo que diminui a taxa de informalidade aumenta o apoio e a satisfação com a democracia.

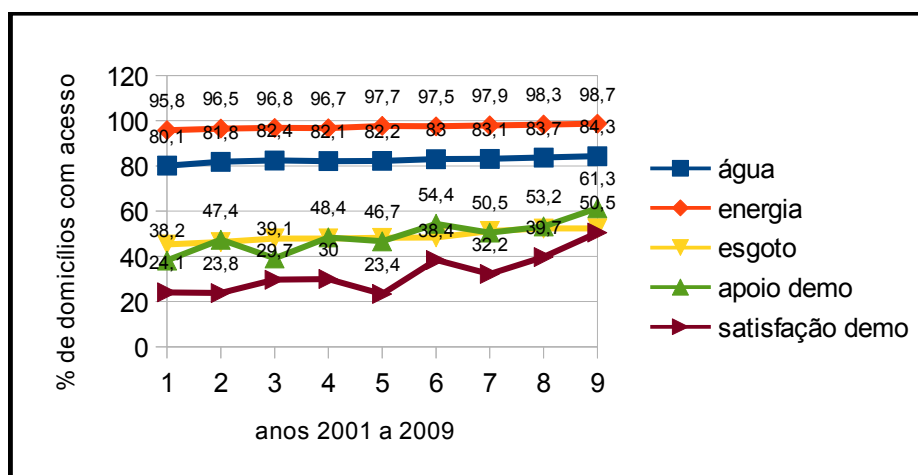
Gráfico VII – Informalidade x apoio e satisfação com a democracia



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro e IBGE

Por fim, o gráfico VIII evidencia que o apoio e satisfação com a democracia também podem estar ligados ao aumento da porcentagem de pessoas com acesso a serviços básicos.

Gráfico VIII – Serviços básicos x apoio e satisfação com a democracia



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro, IBGE e CEPAL

Os gráficos, de um modo geral, sugerem uma relação entre indicadores sociais e econômicos e apoio e satisfação com a democracia. Porém, é necessário maior refinamento estatístico para afirmar se há significância nos dados. A correlação de Pearson, nesse caso, é a mais indicada para mensurar a correlação e a significância ao nível de 0,05.

Tabela I - Correlação linear/bivariada de Pearson* - r

%	Apoio à democracia	Satisfação com o regime
Taxa de pobreza		
Pearson Correlation	-,86	-,82
Sig. 0,05	,003	,023
Desemprego		
Pearson Correlation	-,67	-,64
Sig. 0,05	,047	,061
Informalidade		
Pearson Correlation	-,82	-,86
Sig. 0,05	,006	,002
Índice de Gini		
Pearson Correlation	-,87	-,83
Sig. 0,05	,002	,005
Renda média da população		
Pearson Correlation	,83	,82
Sig. 0,05	,005	,006
% educação no PIB		
Pearson Correlation	,68	,72
Sig. 0,05	,133	,103
% domicílios com água		
Pearson Correlation	,84	,84
Sig. 0,05	,004	,004
% de domicílios com energia		
Pearson Correlation	,76	,80
Sig. 0,05	,005	,015
% de domicílios com esgoto		
Pearson Correlation	,83	,77
Sig. 0,05	,016	,008

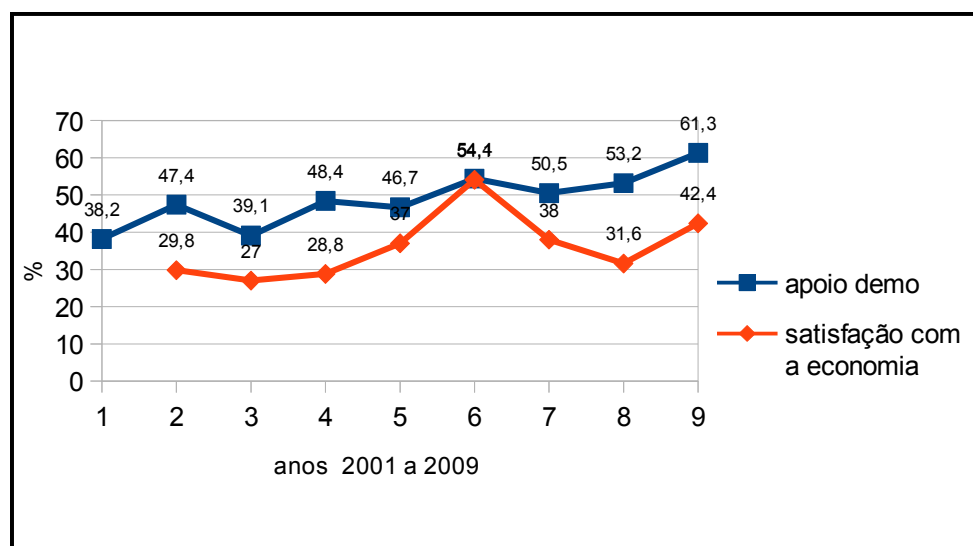
*estatisticamente significativa ao nível de confiança de 0,05.

Os dados na tabela acima confirmam forte correlação entre a maioria das variáveis socioeconômicas e apoio e satisfação com a democracia ao nível de significância 0,05. As correlações entre pobreza, índice de Gini, informalidade, desemprego e apoio e satisfação com a democracia são fortes, porém inversamente proporcionais. Ou seja, apoio e satisfação aumentam na medida em que caem as taxas dos respectivos indicadores. Apesar do desemprego apresentar correlação com apoio e satisfação, ela se mostra insignificante para a satisfação (,06) e no limite para o apoio (,04). Observação já verificada no gráfico VI.

As demais correlações renda, serviços básicos e apoio e satisfação com a democracia são fortes, diretamente proporcionais e significativas ao nível 0,05. Confirmando pois o que a literatura já apresentava – correlação entre condições socioeconômicas e apoio e satisfação com a democracia.

Muitos autores analisam a satisfação com o regime a partir da concepção da avaliação do desempenho do governo a partir de indicadores. A análise descritiva dos gráficos e da correlação de Pearson confirmam esta correlação circunstancial. Mas mostra também que os indicadores servem para medir o apoio à democracia, ligado à legitimidade do regime. Não são conceitos similares, mas ambos apresentam elementos em comum para a sua compreensão – os indicadores socioeconômicos e estão relacionados. O gráfico IX sugere uma associação entre a oscilação da satisfação com a economia e apoio à democracia, instigando-nos a induzir que o apoio não está apenas correlacionado aos valores intrínsecos do regime.

Gráfico IX – satisfação com a economia x apoio à democracia



Fonte: a autora a partir de dados do Latinobarômetro 2001 a 2009

Compreende-se que o apoio ao regime seja multidimensional, em conformidade às ideias de Pipa Noris (1999) que, por sua vez, embasam-se em Easton. Há sim o apoio difuso (sentimentos de identificação) e também o apoio específico (avaliação), mas embutidos nestes dois tipos de apoios há compreensão, no caso brasileiro, do peso dos elementos sociais e econômicos.

Considerações Finais

Para além da discussão política sobre a democracia em si, o grande foco atualmente é a qualidade do regime. E essa qualidade está vinculada ao tipo de democracia que se tem implementado e consolidado nos países. Por isso, ainda que velha, a discussão sobre o tipo de democracia merece espaço. Uma democracia calcada em procedimentos sem levar em consideração

os aspectos econômicos e sociais gera governos despreocupados com estes fatores. Por sua vez, estes fatores sociais e econômicos fora dos interesses governamentais podem provocar instabilidade e aumento da zona de vulnerabilidade social. Formando, desse modo, uma sociedade instável e desigual dentro de uma democracia fraca.

Os dados apresentados evidenciam os impactos positivos no apoio e satisfação com a democracia numa demonstração de que a qualidade do regime, em termos de legitimidade, passa pela melhoria das condições econômicas e sociais. O apoio específico, e mesmo o apoio difuso, necessita de uma “igualdade de condições”. E por sua vez esse desenvolvimento social fortalece a democracia, como se confirmou na pesquisa. É um círculo virtuoso.

Essa concepção vai ao encontro da ideia de democracia integral defendida por Atílio Borón (1995, 2004). Para o autor, esta democracia seria uma forma de governo que contemplasse as questões políticas, sociais e econômicas (...) quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, a liberdade e a democracia são sucumbidas e a própria condição do cidadão se deteriora irreparavelmente” (Borón, 1995:71).

Conforme Borón, a sobrevivência das democracias latino-americanas depende da promoção de um ambicioso programa de reformas sociais que modifique substancialmente o funcionamento do capitalismo periférico.

“La democracia no puede defenderse tan solo apelando a sua corrección formal sino que exige una justificación práctica mucho más profunda: al reformar a la sociedad, al convertirla en una sociedade mejor, más humana y justa, no sólo robustece la adhesión de las massas al régimen democrático sino que, al mismo tiempo, debilita a sus mortales adversários.” (Borón, 2004:198)

O Brasil ainda está longe dessa sociedade melhor, dessa sociedade com mais equidade na distribuição de riquezas. Mas os avanços sociais ainda que não tão substanciais, porque são benefícios e não direitos, vão demonstrando a força para modificar a estrutura de constante desigualdade que perdurou por décadas no país. E, conseqüentemente, mudar a imagem do regime político. O avanço de indicadores sociais e econômicos que contribuem para o bem-estar da população e o retrocesso de outros que distanciam em quantidade, intensidade e qualidade os cidadãos confirmam que o apoio específico e difuso à democracia dependem necessariamente do bem-estar dos cidadãos.

Referências Bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAQUERO, Marcelo. *Quando a instabilidade se torna estável: poliarquia, desigualdade social e*

cultura política na América Latina. Revista Debates. V 2. n 2, jul-dez, 2008.

------. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

------. Globalização e Democracia Inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In.: BAQUERO, M. e CREMONENSE, D. *Capital Social – teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 2006.

BALBACHEVSKY, Elizabeth e HOLZHACKER, Denilde. O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade. OPINIÃO PÚBLICA, *Campinas*, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.493-515.

BIRDSALL, N.; FUKUYAMA, F. “The Post-Washington Consensus”. *Foreign Affairs*, vol. 90, no 2, p. 45-53, 2011.

BOIX, Carles. Democracy and Inequality. Estudio/ Working paper 2001.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. Inequality and Democracy in Latin America: individual and context effects of wealth on political participation. In: KRISHNA, A. (ed.). *Poverty, Participation, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 94-124, 2008

BORÓN, Atilio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Argentina: Clacso, 2004.

-----, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. IN: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil – na primeira década dos anos 2000. São Paulo, 2012.

DIAMOND, Lary. Three paradoxes of democracy. In. *Journal of Democracy*. 1.3, 1990, pag. 48-60.

ESEB – Estudos Eleitorais, 2002-2006-2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Evolução dos Indicadores Sociais baseados em Renda, 2011.

HUBER, Evelyne, RUESCHEMEYER, Dietrich, e STEPHENS John D. The Impact of Economic Development on Democracy. In.: DAHL Robert, SHAPIRO Ian e CHEIBUB Jose’ Antonio *The democracy sourcebook*. MIT 2003.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. Political culture and Democracy: analyzing crosslevel linkages. *Comparative Politics*. 36.1, 2003, 61-79.

-----, Ronald e WELZEL, Cristian. Development, Freedom and Rising Happiness. *Journal of Politics*. 3.2., 1981.

IVO, Anete. A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 90. In.: CIMADAMORE, Alberto et all. *A pobreza do Estado – reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

LAGOS, Marta. A Road with no return? In.: *Journal of Democracy*. 14.2, 2003, pag 137-145.

-----, Marta. Between stability and crisis in Latin America. In.: *Journal of Democracy*. 12.1,

2001, pag.163-173.

MOISES, José Alvaro. *Os significados da democracia segundo os brasileiros*. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.269-309

----- e PIQUET Gabriela. *Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime*. In.: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.1-42

MORENO, Alejandro. Beyond political culture. in.: CAMP. Roderic Camp. *Citizen Views of democracy in Latin America*. Pittsburgh University of Pittsburgh Press, 2001.

MORLINO, L. "What is a Good Democracy". *Democratization*, vol. 11, no 5, p. 10-32, 2002.

PNUD. *Democracia na América Latina*, 2004.

PAIVA, Denise et all. As percepções sobre democracia, cidadania e direito. *Opin. Publica* vol.10 no.2 Campinas Oct. 2004.

PRZEWORSKI, Adam et all. What makes democracies endure? In.: *Journal of Democracy*. 7.1, 1996, pag 46-62.

REIS, Fábio Wanderley. O século sem rumo. In.: *Cult* n 169, p. 31 a 34, 2012.

ROSA, Godofredo Vidal. The (Very) unequal Latin American Democracies. Gordian Knots and Democracies politics. In.: IPSA- ECPR Joint Conference, São Paulo, 2011.

RUESCHEMEYER, Dietrich. Addressing inequality. In.: *Journal of Democracy*. 15.4, 2004, pag. 76-90.

SANTOS, Manoel e ROCHA, Enivaldo. Capital Social e Democracia. A confiança realmente importa? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 43-64, fev. 2011

SCHMITTER, Philippe e KARL, Terry L. What democracy is... and is not. In.: *Journal of Democracy*. 2.3, 1991, pag. 75-88.

SELIGSON, M et all. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. in.: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 01-37.

SMITH, P. H. 2005. *Democracy in Latin America: political change in comparative perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VERBA, Sidney. *Conclusões: Comparative Political Culture Political culture and political development*. Edited by Luciean W Pye e Sidney Verba. New Jersey: Princeton University Press, p.512-561, 1965.